

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 107.203 - MG (2019/0001573-8)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
RECORRENTE : PAULO PATRICK FERNANDES (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por PAULO PATRICK FERNANDES contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais assim ementado (e-STJ fl. 62):

HABEAS CORPUS - ROUBO SIMPLES - PRISÃO PREVENTIVA - DECISÃO FUNDAMENTADA - PRESENTES OS REQUISITOS DOS ART. 312 E 313 DO CPP - SUBSTITUIÇÃO DA PREVENTIVA POR OUTRA MEDIDA CAUTELAR - IMPOSSIBILIDADE - CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO VERIFICADO - ORDEM DENEGADA.

1. *Atendidos os requisitos instrumentais do art. 313 do CPP, bem como presentes os pressupostos e ao menos um dos requisitos do art. 312 do CPP (garantia da ordem pública), deve ser a prisão preventiva mantida, não havendo que se falar em sua revogação, ou mesmo em substituição pelas medidas cautelares diversas da prisão previstas no art. 319 do CPP, pelo fato de estas se revelarem absolutamente insuficientes.*
2. *Ordem denegada.*

O recorrente teve a prisão em flagrante convertida em prisão preventiva em razão da suposta prática do delito tipificado no art. 157 do Código Penal.

Pleiteia, no presente reclamo, a revogação da prisão preventiva e a concessão da liberdade provisória.

Prestadas as informações, opinou o Ministério Público Federal pela extinção do processo sem resolução de mérito (e-STJ fls. 108/110).

É, em síntese, o relatório.

Informações prestadas pelo Juízo de piso dão conta de que, após a interposição do presente recurso, o recorrente foi beneficiado com a concessão da liberdade provisória (e-STJ fl. 97).

Nessas circunstâncias, havendo a superveniência de decisão judicial

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019

concedendo ao ora recorrente o benefício da liberdade provisória, o presente recurso – que objetivava, justamente, a liberdade do acusado – perdeu seu objeto.

Ante o exposto, com base no art. 34, inciso XI, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **julgo prejudicado** o presente recurso ordinário em *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator

